

MEMÓRIA DA 6ª REUNIÃO DA CTPG CONJUNTA COM O SUBCOMITÊ JUQUERI-CANTAREIRA GESTÃO 2025-2027		
DATA: 26/08/2025	HORÁRIO: 9h	LOCAL: Plataforma Teams
LISTA DE PRESENÇA – CTPG		
Entidade	Nome	
SEMIL	Laura Stela Naliato Perez	
SFP	Sandra Regina dos Reis	
CETESB	Gilson Gonçalves Guimarães	
FIESP/CIESP	Jorge Rocco	
SAA	Marcelo Borges	
SABESP	Aurildo Xavier dos Santos	
UFABC	Larissa Ciccotti Freira	
DER	José Antônio De Angelis	
IPT	Gerson Salviano Almeida Filho	
SP Águas	Fabio Nogueira Mota	
IAB	Jordana Alca Barbosa Zola	
GVS	Mário César Lopes Nascimento	
IPEH	Bonfilio Alves Ferreira	
UNIFESP	Jaqueline Bória	
MDV	Bianca Forti	
São Paulo	Cyra Malta Olegário da Costa	
CETESB	Deborah Moreira Burger	
Fundação Florestal	Josenei Gabriel Cara	
CONVIDADOS		
FABHAT	Raul Mendes Kirchhoff	
FABHAT	Asafe Má dai de Deus Virgolino	
UFABC	Eduarda Almeida Copati	
CEO Empreendimento	Júlio Scottini	
	Jonas Mattos	
JUSTIFICADOS		
UFABC	Renata Moreira	
SAA	Alexandre Coutinho	

## 1. Abertura

Laura Stela (SEMIL), coordenadora da antiga CTPG, iniciou a reunião às 9h10 e agradeceu a presença de todos. Em seguida, apresentou a seguinte pauta:

1. Aprovação das memórias das reuniões anteriores

2. Discussão sobre o Ofício CBH-AT nºxx/25 - Manifestação do CBH-AT quanto ao atendimento pelo interessado do empreendimento “Centro Empresarial Oeste (CEO)” às recomendações da Deliberação CBH-AT nº 202, 2025.
3. Discussão sobre o Ofício CBH-AT nºxx/25 - Manifestação do CBH-AT quanto ao atendimento pelo interessado do empreendimento “Condomínio Logístico Prologis Cajamar IV” às recomendações da Deliberação CBH-AT nº 192, 2024.

## **2. Aprovação das memórias anteriores**

Após a apresentação da pauta, Laura revisou a ata da 4ª reunião onde foi discutido sobre a minuta da Deliberação que dispõe sobre os procedimentos do CBH-AT para a manifestação sobre empreendimentos de impacto nos recursos hídricos e modelo de parecer técnico. A ata foi aprovada sem objeções. Também foi projetado em tela a ata da 5ª reunião, onde foi discutido o parecer técnico referente a Nova Marginal Pinheiros juntamente com o empreendedor e também convidados. A ata foi aprovada sem objeções.

## **3. Discussão sobre o Ofício CBH-AT nºxx/25 - Manifestação do CBH-AT quanto ao atendimento pelo interessado do empreendimento “Centro Empresarial Oeste (CEO)” às recomendações da Deliberação CBH-AT nº 202, 2025.**

Asafe (FABHAT) projetou a minuta da resposta ao ofício elaborada pela FABHAT em tela e iniciou a discussão explicando que o Centro Empresarial Oeste foi analisado pelo comitê, que emitiu recomendações consultivas à CETESB, e o empreendedor respondeu a essas recomendações. O comitê agora avalia o atendimento dessas recomendações, ressaltando que sua função é subsidiar o órgão licenciador, não aprovar o empreendimento.

Foram discutidas recomendações como compatibilidade com o plano de bacia, alternativas locais e tecnológicas, interferência em nascentes, levantamento sazonal de nascentes, carta de declividades, destinação de material lenhoso, captação de água da chuva, impermeabilização, gerenciamento de resíduos e monitoramento ambiental. Cada recomendação foi avaliada quanto ao atendimento, parcial ou total, e foram solicitadas complementações quando necessário. Houve debate sobre a importância da sub-bacia do Ribeirão dos Cristais, a necessidade de compensação ambiental na própria sub-bacia, a relevância do monitoramento e da reparação de danos em nascentes, e a necessidade de recomendações técnicas para proteção de mananciais isolados, mesmo quando não sujeitos a EIA/RIMA.

O grupo destacou a necessidade de monitoramento contínuo da qualidade e quantidade da água, especialmente em áreas de recarga e nascentes, e sugeriu que o empreendedor mantenha postos de monitoramento por pelo menos dois anos após a licença de operação, além de reforçar a importância do controle de erosão e assoreamento.

Foi discutida a destinação dos resíduos de eucalipto, a viabilidade de envio para usinas de compostagem, a responsabilidade dos empreendedores na logística reversa e a necessidade de detalhamento e envio do plano de gerenciamento de resíduos de construção civil ao Comitê.

Os representantes também discutiram a necessidade de que as compensações ambientais sejam realizadas preferencialmente na própria área impactada, especialmente na APA Cajamar, devido à fragilidade ambiental e à relevância para a bacia do Ribeirão dos Cristais. Foi esclarecido por Josenei

(Fundação Florestal) e Jorge Rocco (FIESP/CIESP) que o plano de manejo da APA Cajamar está em elaboração, sendo importante registrar nas recomendações que a compensação seja direcionada para a APA, mesmo antes da aprovação final do plano.

Bonfilio (IPEH) e Jorge (FIESP/CIESP) reforçaram que o comitê de bacia tem competência legal para recomendar prioridades de compensação ambiental e que a Câmara de Compensação da Cetesb deve observar essas recomendações, sendo fundamental que o comitê seja informado sobre a execução das compensações.

Após as devidas considerações, o grupo finalizou o ofício e será encaminhado devidamente ao órgão responsável.

#### **4. Discussão sobre o Ofício CBH-AT nºxx/25 - Manifestação do CBH-AT quanto ao atendimento pelo interessado do empreendimento “Condomínio Logístico Prologis Cajamar IV” às recomendações da Deliberação CBH-AT nº 192, 2024.**

Os membros analisaram o atendimento das recomendações feitas ao empreendimento Pró Lojas Cajamar, incluindo vistoria de nascentes, monitoramento hidrogeológico, compensações, controle de erosão, drenagem, monitoramento de sedimentos e resíduos. Foi confirmada, com base em parecer do Ministério Público (CAEX), a localização das nascentes e a adequação do levantamento apresentado pelo empreendedor, considerando a recomendação atendida.

O comitê recomendou a realização de campanhas de monitoramento do lençol freático por pelo menos dois anos após a licença de operação, devido à vulnerabilidade da microbacia e à necessidade de avaliar impactos cumulativos e sinérgicos.

Foi debatida a importância de detalhar e implantar programas de controle de erosão, drenagem provisória e dispositivos de filtragem, especialmente em áreas sensíveis próximas a nascentes, e de garantir a integridade ambiental durante e após as obras.

O grupo reforçou a necessidade de monitoramento representativo da qualidade da água e do transporte de sedimentos, com pontos de amostragem adequados para aferir o impacto específico do empreendimento, inclusive após a operação.

Foi solicitado o envio do plano de gerenciamento de resíduos de construção civil, sendo a recomendação considerada parcialmente atendida até a apresentação do documento definitivo.

Laura informou que irá providenciar o contato com a Cetesb para formalizar um trabalho conjunto, visando maior agilidade e troca de informações entre o comitê e o órgão licenciador.

Asafe explicou que, durante a concepção do projeto, foi avaliada a implantação de sistema de captação e reuso de água pluvial para usos não potáveis, como irrigação e abastecimento de bacias sanitárias, mas a análise técnica e econômica demonstrou inviabilidade devido à predominância de áreas de armazenagem e baixa demanda por água não potável.

Jordana e Laura debateram a diferença entre captação e reuso, destacando que a captação para detenção está prevista e é viável, enquanto o reuso não é considerado viável pelo empreendedor, gerando dúvidas sobre a redação do parecer e a interpretação da recomendação.

Asafe e José discutiram que a norma ABNT não torna compulsória a implantação de sistemas de reuso em empreendimentos logísticos, sendo uma recomendação de boas práticas e não uma exigência legal, exceto se houver determinação específica da CETESB.

Bonfilio levantou preocupações sobre o balanço hídrico futuro da região, destacando o crescimento de data centers e ocupações empresariais, e sugeriu que o comitê amplie o olhar para a gestão da água e impactos ambientais, incluindo planos de contingência climática e reservação de água.

Asafe informou que, conforme a fase de licenciamento indicada pela CETESB, será solicitado o envio posterior de relatório atualizado, detalhando o atendimento das recomendações parcialmente atendidas ou pendentes. Após consenso entre os membros, o parecer foi aprovado em reunião, com registro de que as recomendações da deliberação 202 foram em parte atendidas e outras estão em processo de atendimento.

Para finalizar, Laura destacou a importância do retorno recebido pelo comitê, valorizando o acompanhamento e a consideração das recomendações, o que representa avanço em relação a processos anteriores.

## **5. Encaminhamentos**

- Os ofícios serão enviados devidamente para os órgãos responsáveis.
- O relator enviará o convite da próxima reunião juntamente com os documentos pertinentes;

A reunião foi encerrada às 15h40.